

A memória silenciada sobre João Goulart: exílio e anistia política (1964 – 2008)

Paula Cauduro Bianco; ¹ Prof^a. Dr^a. Janete Silveira Abrão ²

¹ Acadêmica da Faculdade de História, PUCRS, ² PRPPG/PUCRS

Resumo

O Golpe Civil Militar ocorrido no Brasil, em 1964, e o posterior período de ditadura, estabelecida até 1985, despertam, continuamente, o interesse da população brasileira em geral e, mais precisamente, dos historiadores. É nesse último grupo referido que se observa, de forma crescente, iniciativas em estudar os desdobramentos da história política brasileira entre 1961 e 1985. Nesse caso, a presente pesquisa abarca a análise tanto do mandato do presidente deposto João Goulart (1961-1964), quanto do período ditatorial (1964-1985) e os anos de Abertura e Anistia Política, bem como as medidas que começaram a entrar em vigor em prol daqueles que foram silenciados durante o regime.

A presente pesquisa evidencia, portanto, um tema que, com frequência, mas não em profundidade, passa a ser investigado no meio acadêmico: as iniciativas referentes à Anistia Política no Brasil, a partir do estudo de caso de João Goulart (anistiado em 2008).

O objetivo deste estudo é analisar o “silêncio” historiográfico e midiático no qual a figura política de Jango está inserida desde seu exílio, bem como a análise e a aplicação da Lei de Anistia (1979). Busca-se resgatar a importância desse período histórico visando ser uma contribuição à História Política do Brasil.

Nesse sentido, pretendendo-se atender o objetivo proposto acima, os procedimentos metodológicos dessa pesquisa contemplarão: a) a análise da bibliografia a respeito da figura política de João Goulart (1961-1976); b) a análise da bibliografia relativa à Ditadura Militar no Brasil, Abertura e Anistia Política no Brasil (1964-2008); c) a análise de fontes documentais: Processo de Anistia de João Goulart (2008), Boletins do Ministério da Justiça (2007-2011) e edições do Jornal do Brasil (1964-79).

Até o presente momento, foi possível constatar que, por um lado, a Lei de Anistia, promulgada em 1979, visava conceder o perdão político a todos os que, de alguma maneira, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos (ou conexo com estes), ou aos que tiveram seus direitos políticos suspensos, dentre outros. De outro, a aplicação da referida Lei manifestou-se de modo moroso, pois, à prova disso, temos o caso do ex-presidente João Goulart, anistiado apenas em 2008.

Referências

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. *Estudos Avançados*. [online]. 1991, vol.5, n.11, pp. 173-191. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>. Acesso em 09/09/2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 192 p.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Rio de Janeiro: Revan, 2001. 320p

Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília (DF) Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 492 p.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Pato (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2001. 334p.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas:UNICAMP, 2010. 535p.